

**PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DE CONSELHEIROS TUTELARES
DE MALHADA DOS BOIS/SE, PARA O QUADRIÊNIO 2024/2027.**

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO PARA PROVA DE CONHECIMENTOS

- 1** - A prova contém 40 (quarenta) questões objetivas valendo 0,20 pontos cada questão e 01 (uma) questão subjetiva valendo 2,0 pontos. Verifique se ela está completa e sem falhas de impressão. Caso contrário, solicite ao Fiscal que providencie a substituição de sua prova.
- 2** - Para chamar o Fiscal, levante o braço e aguarde. Não levante da sua cadeira sem autorização do Fiscal.
- 3** - É obrigatória sua assinatura, à caneta na folha de respostas e no caderno de perguntas.
- 4** - A folha de respostas deverá ser preenchida com caneta esferográfica, de cor azul ou preta.
- 5** - Cada questão oferece somente uma opção correta ao questionamento proposto.
- 6** - Serão anuladas as questões que contiverem emendas, rasuras, borraduras ou qualquer marcação diferente. Não amasse e não dobre a folha de respostas.
- 7** - O candidato NÃO poderá fazer perguntas sobre o conteúdo das questões.
- 8** - Questionamentos sobre as questões deverão ser feitos em conformidade com o previsto no Edital de Abertura.
- 9** - A aplicação da Prova Escrita deverá ter a duração de 4 (quatro) horas, sendo que o pré-candidato só poderá retirar-se da sala depois de decorrida 1 (uma) hora do início da Prova Escrita.
- 10** - Ao término da prova, o candidato poderá levar consigo somente a grade para cópia do gabarito fornecida pelo Fiscal de Sala. O caderno de questões e o cartão resposta, devidamente assinados, deverá ser entregue a um dos fiscais.
- 11**- Todos os aparelhos eletrônicos e celulares deverão estarem desligados, guardados em bolsa ou entregues ao fiscal.
- 12**- O candidato deverá rubricar todas as folhas.

BOA PROVA!

1- Os conselhos tutelares são órgãos constituídos por representantes:

- A) Da comunidade.
- B) Dos usuários e do Estado.
- C) Da sociedade civil e do governo local.
- D) Dos três níveis de governo.
- E) Do poder judiciário e dos movimentos sociais de defesa da criança e adolescente.

2- O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, obrigatoriamente, comunicarão ao Conselho Tutelar os seguintes casos:

- A) Maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares e os elevados níveis de repetência.
- B) Campanhas educativas direcionadas ao público escolar e à sociedade em geral.
- C) A promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana.
- D) A promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos.
- E) NDA.

3- Marcos, de 10 anos de idade, pratica ato infracional análogo ao crime de roubo, em co-autoria com Ricardo, de 20 anos, havendo o emprego de arma de fogo. Após a autuação do flagrante, a autoridade policial representa pela internação provisória de Mário, que está em situação de rua e sem frequentar a escola há dois anos. Considerando o disposto na Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar que:

- A) O Conselho Tutelar possui atribuição legal prevista no ECA para a investigação de ato infracional praticado por criança e a aplicação das medidas protetivas.
- B) Marcos responderá pela prática de ato infracional perante a Vara da Infância e Juventude e Eduardo perante a Vara Criminal, por ser imputável.
- C) A aplicação das medidas protetivas previstas no Art. 101 do ECA a Mário dependerá da existência de indícios de autoria e prova da materialidade.
- D) A apuração dos fatos caberá à autoridade policial, sendo da atribuição do Conselho Tutelar a aplicação das medidas de proteção a Marcos.
- E) Após a coleta de suas declarações em sede policial, Marcos será apresentado ao Ministério Público para oitiva informal e análise do cabimento da internação provisória, conforme previsto no Art. 179 do ECA.

4- Anne, adolescente de 16 anos, possui conta em rede social onde realiza postagens para os seus seguidores, nas quais aparece dançando em roupas íntimas. Visando à produção de novos conteúdos, Anne hospeda-se, por conta própria e sem anuência dos seus responsáveis legais, em um motel, onde realiza as gravações de vídeos. Os pais de Anne noticiam os fatos ao Conselho Tutelar, que aplica medidas de proteção à adolescente e encaminha notícia de fato ao Ministério Público. Considerando o disposto na Lei nº 8.069/1990 (ECA) e as medidas de natureza não criminal na seara da infância e juventude, é correto afirmar que:

- A) Conselho Tutelar não tem atribuição para ajuizar representação por infração administrativa, ante a ausência de capacidade postulatória.
- B) O responsável pelo estabelecimento praticou infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.

- C) A legitimação do Ministério Público para as ações cíveis previstas no ECA afasta a de terceiros, nas mesmas hipóteses.
- D) O fato narrado configura violência doméstica e familiar praticada contra criança e adolescente, conforme definido na Lei nº 14.344/2022.
- E) A adolescente praticou ato infracional, cabendo oitiva informal pelo Ministério Público e eventual ação socioeducativa.

5- Conselheiro tutelar em Malhada dos Bois é procurado para atendimento de violação de direitos de uma criança sendo que, no exercício de sua função, pode:

- A) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração de proposta orçamentária para programa de atendimento a crianças vítimas de violência, em razão de o Conselho Titular possuir assento no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.
- B) Aplicar medidas protetivas à criança apreendida após furtar comida de um supermercado, tendo em vista que criança não comete ato infracional, requerendo a posterior homologação pela autoridade judiciária.
- C) Representar à autoridade policial para solicitar o afastamento de agressor do lar em caso de violência doméstica e familiar contra criança e adolescente.
- D) Acolher provisoriamente uma criança vítima de violência residente em cidade vizinha a Propriá, na qual não há Conselho Tutelar, devendo comunicar ao Ministério Público em até 48 horas.
- E) Requisitar informações sobre o local em que uma criança vítima de violência foi acolhida após a prisão de sua genitora, considerando que somente a autoridade judiciária, o Ministério Público e a Defensoria Pública possuem acesso ao cadastro com informações sobre acolhimento institucional.

6- Leia o texto abaixo:

A professora Valéria estava preocupada com o comportamento de uma de suas alunas de 08 anos, matriculada na turma do 3º ano do ensino fundamental. A referida aluna apresentava muitos problemas de indisciplina e violência escolar, se desentendendo constantemente com colegas e professores. Apesar dos esforços da professora para convocar os pais e/ou responsáveis, eles nunca iam à escola e nem retornavam suas ligações. Um dia, a professora repreendeu a estudante em frente à turma e disse que se os pais não fossem à escola, ela iria fazer uma denúncia para o conselho tutelar para que tirasse a guarda da criança de seus pais.

De acordo com o texto acima, assinale a alternativa que interpreta **CORRETAMENTE** a ação da professora à luz do artigo 227 da Constituição Federal e do ECA.

- A) A professora agiu corretamente, pois a criança, ao ser agressiva e desrespeitosa, tira o direito das demais crianças a um ambiente que propicie a boa convivência e favoreça boas relações de ensino e aprendizagem.
- B) A professora agiu corretamente, pois é função do conselho tutelar zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, dentre eles o direito de a criança ser criada por pais diligentes.
- C) A professora agiu de forma inadequada, pois, ao utilizar o conselho tutelar como instrumento de coerção, pode ter inculcado nas crianças o receio e o medo de um órgão que tem como principal função ser garantidor de seus direitos.
- D) A professora agiu corretamente, pois a criança precisa de limites e de autoridade, e se os pais e/ou responsáveis não tomam iniciativa nesse sentido, o conselho tutelar é o órgão que tem autoridade legal para fazê-lo.
- E) NDA.

7- Em relação às atribuições legais do Conselho Tutelar, conforme as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Cabe ao Conselho Tutelar assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- II. Incumbe ao Conselho Tutelar providenciar as medidas de proteção aplicadas pelo juízo da infância e juventude ao adolescente considerado autor de ato infracional.
- III. As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, ao Conselho Tutelar, que consultará o cadastro de adoção.
- IV. Os pais ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação, estarão sujeitos a medidas aplicáveis pelo Conselho Tutelar, como a alteração da guarda ou restrição do direito de visitas.
- A) Apenas I e III.
 B) Apenas I e II.
 C) Apenas III e IV.
 D) Apenas II e IV.
 E) Apenas I.

8- Carlos, juiz de direito com atribuição na área da justiça da infância e da juventude no município Delta, é casado com Patrícia, cujo irmão, Jackson, pretende disputar uma vaga para o conselho tutelar no mesmo município. Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições do ECA relativas ao conselho tutelar, assinale a opção correta. .

- A) Há impedimento legal para que Jackson desempenhe a função de conselheiro tutelar no município em que Carlos trabalha, em razão do parentesco por afinidade entre eles.
 B) A situação não impede Jackson de atuar nos atendimentos à população, desde que os casos não sejam levados à justiça da infância e da juventude.
 C) O processo para a escolha dos membros do conselho tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade da justiça da infância e da juventude e sob a fiscalização do Ministério Público.
 D) Primos são impedidos de servir no mesmo conselho tutelar. E Durante o processo de escolha dos membros do conselho tutelar, é permitido ao candidato oferecer brindes de pequeno valor ao eleitor.
 E) Durante o processo de escolha dos membros do conselho tutelar, é permitido ao candidato oferecer brindes de pequeno valor ao eleitor.

9- Qual é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente?

- A) Ministério Público Estadual.
 B) Ministério Público Federal.
 C) Conselho Tutelar.
 D) Vara da Fazenda Pública.
 E) Vara da Infância e da Juventude.

10- Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere às menções retiradas da Lei nº 8.069 (ECA).

- A) A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes o direito de ser respeitado por seus educadores.
- B) As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional devem zelar para que, quando se tratar de criança de 00 (zero) a 03 (três) anos em acolhimento institucional, seja dada especial atenção à atuação de educadores de referência estáveis e qualitativamente significativos, às rotinas específicas e ao atendimento das necessidades básicas, incluindo as de afeto como prioritárias.
- C) Os (as) profissionais que atuam no cuidado diário ou frequente de crianças na primeira infância devem receber formação específica e permanente para a detecção de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico, bem como para o acompanhamento que se fizer necessário.
- D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes.
- E) Não é atribuição do Conselho Tutelar atender e aconselhar os pais ou responsável, assim como requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente.

11- Em conformidade com a Lei nº 8.069/1990 - ECA, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequências CORRETA:

- () Ao adolescente de até 14 anos de idade, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
 - () Ao adolescente aprendiz, maior de 14 anos, é assegurada bolsa de aprendizagem.
- A) C - C.
 - B) C - E.
 - C) E - E.
 - D) E - C.
 - E) NDA.

12- Assinale a alternativa incorreta sobre a informação a seguir.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 56, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- A) Maus-tratos envolvendo seus alunos.
- B) Drogadição no ambiente escolar.
- C) Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- D) Elevados níveis de repetência.
- E) NDA.

13- Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as atribuições do conselho tutelar incluem:

- A) Promover a execução de suas próprias decisões, desde que ouvido o Ministério Público e assim autorizado pelo Poder Judiciário.
- B) Atender crianças e adolescentes nas hipóteses em que seus direitos forem ameaçados ou violados por abuso dos pais ou de seu responsável, podendo, nessa situação, determinar a inclusão deles em programa de acolhimento familiar.
- C) Providenciar a implementação da medida estabelecida pela autoridade judiciária para o adolescente autor de ato infracional, tal como o acolhimento institucional.

- D) Atender e aconselhar os pais ou o responsável, podendo aplicar diversas medidas pertinentes à situação, exceto advertência.
- E) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

14- O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme os preceitos constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, observando-se que:

- A) Em cada Município haverá, no mínimo, 01 (um) Conselho Tutelar, como órgão integrante da administração pública local, composto de 04 (quatro) membros, escolhidos pela população local.
- B) O mandato dos conselheiros tutelares será de 04 (quatro) anos, vedada a recondução.
- C) O processo de escolha de seus membros ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.
- D) Exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, reputação ilibada e notório saber na área.
- E) As suas decisões poderão ser revistas pelo Ministério Público.

15- De acordo com o art. 136, incisos II, III – alínea “a”, IV, VIII e XII, da Lei nº 8.069/90 (ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente), são atribuições do conselho tutelar, EXCETO:

- A) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- B) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- C) Requisitar certidões de nascimento e de óbito da criança ou adolescente quando necessário.
- D) Arquivar ações beneficentes sobre os sintomas de maus tratos em crianças e adolescentes para não gerar conflitos nas comunidades.
- E) **NDA.**

16- Aponte a assertiva que não apresenta vedação legal cometida ao Conselheiro Tutelar.

- A) Aplicar medida de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar.
- B) Retirar, sem prévia anuência por escrito do colegiado, qualquer documento ou objeto do Conselho Tutelar.
- C) Ausentar-se, justificadamente, do serviço durante o horário regular de funcionamento e nos horários de sobreaviso.
- D) Proceder de forma desidiosa.
- E) **NDA.**

17- A quem compete conceder a remissão como forma de exclusão do processo, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) Conselho Tutelar.
- B) Ministério Público Estadual.
- C) Defensoria Pública.
- D) Conselho Estadual dos Direitos de Crianças e Adolescentes.
- E) Vara de Execuções Penais.

18- Conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído ao adolescente, aplicando as medidas cabíveis é uma das competências do(a):

- A) Justiça da Infância e da Juventude.
- B) Conselheiro Tutelar.
- C) Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.
- D) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.
- E) SINASE.

19- Sobre a Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- A) A garantia de prioridade à criança e ao adolescente não compreende a preferência na formulação das políticas sociais públicas.
- B) A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, sem a responsabilização do Estado acerca do nascimento, mas mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o desenvolvimento sadio e harmonioso.
- C) São linhas de ação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente unicamente: as políticas e os programas de assistência social e os serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.
- D) A integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, é uma diretriz da política de atendimento.
- E) É dever exclusivo da educação e da assistência social prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

20- O Conselho Tutelar realiza o atendimento a uma adolescente que vem apresentando número elevado de faltas na escola. Durante o atendimento, a adolescente relata que foi vítima de violência sexual há cerca de três meses.

Segundo estabelecido no ECA, nessa situação, em que há uma notícia de infração penal cometida em face da adolescente, o Conselho Tutelar possui atribuição de:

- A) Encaminhar a notícia ao Ministério Público.
- B) Investigar para descobrir quem foi o autor da infração penal.
- C) Ignorar a notícia e tratar apenas das faltas na escola.
- D) Realizar o exame de corpo de delito na adolescente.
- E) **Intimar o suposto autor da infração penal para prestar depoimento.**

21- No que se refere ao direito à educação, conforme previsto na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), NÃO se pode dizer que deve ser assegurado à criança e ao adolescente:

- A) O direito de contestar critérios avaliativos, inclusive com a possibilidade de recurso às instâncias escolares superiores.
- B) O direito de ter ciência do processo pedagógico, e de participar da definição das propostas educacionais.
- C) O direito de organização e participação em entidades estudantis.
- D) O direito de ser respeitado por seus educadores.
- E) O direito a matricular-se em uma escola pública e gratuita próxima de sua residência.

22- De acordo com o artigo 227 da Constituição Federal, todas as crianças e adolescentes têm “direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de terem o

direito de serem colocados a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Tanto a Constituição quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, ECA) apontam que esses direitos devem ser assegurados pela família, pela sociedade e pelo Estado.

À articulação e à integração de instituições e instâncias do poder público na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, efetivando as normativas do ECA, dá-se o nome de:

- A) Sistema de Garantia de Direitos.
- B) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- C) Sistema Público de Educação.
- D) Direitos Humanos.
- E) Sistema Socioeducativo.

23- Davi, de 17 anos, cumpre medida socioeducativa em unidade de internação. O adolescente procura a direção para solicitar autorização para que Helen, com quem vive, comprovadamente, em união estável, realize visita íntima. Davi solicita, ainda, que seja autorizada, em outra data, a visita na unidade de internação de seu filho com Helen, a criança Enzo, de 05 anos. Robson, diretor da unidade, indefere ambos os pleitos, razão pela qual o adolescente manifesta o desejo de ser atendido pela Defensoria Pública. Considerando o disposto na Lei nº 12.594/2012 (Sinase), é correto afirmar que:

- A) A visita íntima em unidade socioeducativa não encontra previsão legal no Sinase, somente podendo ser deferida nas hipóteses de cumprimento de pena em unidade prisional.
- B) A visita íntima a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa tem como requisito a autorização dos pais ou responsável legal, em razão da inimizabilidade.
- C) A entrada de Enzo na unidade é vedada pelo ECA, em observância ao princípio da proteção integral, por se encontrar a criança na fase da primeira infância.
- D) A visita íntima solicitada pelo adolescente na unidade socioeducativa está restrita à comprovação do casamento e/ou união estável com Helen.
- E) É garantido aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação o direito de receber visita dos filhos, independentemente da idade desses.

24- A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de:

- A) Trezentos e sessenta e cinco dias, de acordo com o Ministério Público e a Vara da Infância.
- B) Dezoito meses, salvo necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- C) Seis meses, como orienta o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- D) Sete dias úteis, tendo em vista que o direito à liberdade é fundamental.
- E) Trezentos e sessenta e cinco dias, assim como ordena a Lei Menino Bernardo.

25- Sobre a apuração de Irregularidades em Entidade de Atendimento é incorreto afirmar:

- A) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, independentemente de resumo dos fatos.
- B) Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.
- C) O dirigente da entidade será citado para, no prazo de dez dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.

- D) Apresentada ou não a resposta, e sendo necessário, a autoridade judiciária designará audiência de instrução e julgamento, intimando as partes.
- E) NDA.

26- Existe o compromisso nacional em desenvolver políticas capazes de contribuir para a construção de um Brasil sem violações de direitos e onde a infância sejam digna, saudável e protegida.

Assinale a alternativa correta em relação ao assunto.

- A) É dever do Estado estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral.
- B) O Brasil não possui mais desafios para garantir a plena efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente; portanto, todas as crianças já têm seus direitos respeitados, protegidos e assegurados.
- C) O Estatuto da Criança e do Adolescente embasa a construção de políticas públicas voltadas à infância. Mas esse documento não possui nenhuma relação com a ampliação do acesso à educação ou com o reforço no combate ao trabalho infantil.
- D) Considera-se criança, para os efeitos de Legislação, a pessoa até dez anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre onze e dezoito anos de idade.
- E) O direito ao respeito consiste na violabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a utilização da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

27- Com relação aos direitos fundamentais, mais especificamente o direito à vida e à saúde, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa incorreta.

- A) Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- B) As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, ao Conselho Tutelar.
- C) Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.
- D) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos.
- E) NDA.

28- Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 14. § 1º, é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades:

- A) Judiciárias.
- B) Jurídicas.
- C) Públicas.
- D) Sanitárias.
- E) Religiosas.

29- O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em vigor no Brasil desde 1990, foi um marco legal que reuniu reivindicações de movimentos sociais que trabalhavam em defesa da idéia de que crianças e adolescentes são também sujeitos de direitos e merecem acesso à cidadania e proteção. O ECA assegura que:

- A) É dever da família, da comunidade e da sociedade em geral assegurar à criança e ao adolescente a efetivação dos direitos referentes à vida, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, não cabendo ao poder público tal incumbência.
- B) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, com exceção para mães submetidas a medida privativa de liberdade.
- C) Cabe ao poder público fornecer gratuitamente medicamentos e órteses relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas, porém as próteses devem ser custeadas pela iniciativa privada.
- D) Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.
- E) NDA.

30- De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA são Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente:

- A) Direito à Vida e a Saúde; Direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade; Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.
- B) Direito à Vida e a Saúde; Direito à Liberdade Assistida, ao Respeito e a Dignidade; Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.
- C) Direito à Vida e a Saúde; Direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade; Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; Direito à Profissionalização e ao Trabalho.
- D) Direito à Vida e a Saúde; Direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade; Direito à Convivência em Família Natural e na Comunidade; Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.
- E) Direito à Vida e a Saúde; Direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade; Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Direito à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho análogo a escravidão.

31- Nos termos da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos, EXCETO:

- A) Opinião e expressão.
- B) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, sem restrições legais.
- C) Participar da vida política, na forma da lei.
- D) Crença e culto religioso.
- E) NDA.

32- Para fins de proteção da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe, expressamente:

- A) O consumo de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, mas autoriza aposta em jogos lotéricos a partir dos 16 anos.

- B) A permanência, desacompanhados dos pais ou responsável, de menores de 12 anos, em logradouros públicos e espaços comunitários no período noturno.
- C) A viagem interestadual, desacompanhados ou sem autorização dos pais, responsável ou juiz, de todos aqueles com idade inferior a 18 anos.
- D) A hospedagem de menores de 18 anos em motel, salvo se autorizados ou acompanhados pelos pais ou responsável.
- E) O acesso a armas de fogo e munições a menores de 18 anos, salvo se para fins de competição ou caça, quando devidamente autorizados pelos pais ou responsável.

33- O Conselho Tutelar é composto:

- A) Por cinco membros escolhidos pela população local para mandato de quatro anos.
- B) Por três membros titulares e três suplentes escolhidos pelo fórum municipal dos direitos da criança e do adolescente.
- C) Por cinco membros, com pelo menos nível médio de escolaridade, escolhidos em assembléias locais a cada três anos.
- D) De três a nove membros, escolhidos pelo Conselho de Direitos mediante processo seletivo público.
- E) Por sete membros indicados pelo prefeito entre cidadãos que comprovem três anos de experiência na defesa de crianças e adolescentes.

34- Adolescente de 17 anos está cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida. Segundo o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) Ele deve se apresentar semanalmente ao Conselho Tutelar para acompanhamento e orientação.
- B) Incumbe ao orientador da medida promover sua matrícula, supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente.
- C) Esse adolescente foi acusado da prática de ato infracional ou de desvio grave de conduta.
- D) Se ele cometer falta disciplinar grave no interior da escola, deve o diretor comunicar imediatamente ao juiz.
- E) Ele deve se recolher em unidade socioeducativa aberta durante o período noturno.

35- Artur, 15 anos, foi flagrado cometendo ato infracional. A autoridade policial, informando somente à autoridade judiciária competente, entrou na sala de aula, expôs para toda a turma a situação em questão interrogando Artur e, sem qualquer resistência do adolescente, o algemou e o levou, em compartimento fechado da viatura, para a delegacia. Considerando o caso hipotético, a ação da autoridade policial:

- A) É incorreta e constitui um crime em espécie.
- B) É correta, pois o adolescente foi capturado em flagrante.
- C) Estaria correta somente se o adolescente tivesse 16 anos completos.
- D) É incorreta, mas não constitui crime em espécie ou infração administrativa.
- E) NDA.

36- Analisando ato infracional, em relação à remissão:

- A) Pode ser concedida antes ou depois de iniciado o processo de apuração do ato infracional.
- B) Sua concessão é privativa do Ministério Público, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato.
- C) Implica, necessariamente, no reconhecimento da responsabilidade pelo adolescente.
- D) Pode ser incluída a aplicação de qualquer das medidas socioeducativas previstas em lei, a ser devidamente cumprida pelo adolescente.
- E) NDA.

37- A Lei nº 13.509/2017, chamada de “Lei da Adoção”, trouxe alterações ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e incluiu a chamada “entrega voluntária”, que consiste na possibilidade de uma gestante ou mãe entregar seu filho ou recém-nascido para adoção em um procedimento assistido pela Justiça da Infância e da Juventude. Ao contrário do que muitos pensam, a mãe que dispõe seu filho para adoção não comete crime, a lei permite a entrega para garantir e preservar os direitos e interesses da criança. Em contrapartida, a mãe que desampara ou expõe seu bebê a perigo comete o crime de abandono de recém-nascido, descrito no Art. 134 do Código Penal.

(Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-eprodutos/direito-facil/edicao-semanal/entrega-voluntaria-de-adocao>. Adaptado.)

“Considerando do exposto e, ainda, a entrega voluntária da gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, cabe à Justiça da Infância e da Juventude buscar primeiramente uma família _____, ou seja, aquela que se acrescenta para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior:

- A) Tutora.
- B) Extensa.
- C) Mosaico.
- D) Substituta.
- E) Provisória.

38- No que diz respeito às disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa incorreta.

- A) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- B) Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.
- C) Configura crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente a conduta de subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto.
- D) Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as denominadas “medidas socioeducativas” prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- E) NDA.

39- A Constituição da República de 1988 (Art. 227) estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Tendo em vista os princípios relacionados a esse tema, é INCORRETO afirmar que:

- A) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ainda em vida, excluídos os herdeiros sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.
- B) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.

- C) A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos em lei.
- D) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dezoito meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- E) A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

40- Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades públicas, quer sejam estatais ou organizações não governamentais (ONG's) que atendam adolescentes em conflito com a lei ou crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e foram acolhidos familiar ou institucionalmente, devem desenvolver projetos socioeducativos que atendam os seguintes parâmetros. Assinale a alternativa incorreta.

- A) A qualidade, no caso dos programas de acolhimento familiar/institucional, será medida pelos índices de sucesso na reintegração à família de origem ou de adequação da colocação da criança ou do adolescente em família substituta.
- B) As instituições que desenvolvem programas socioeducativos para adolescente em conflito com a lei que estejam em regime de internação devem preservar a sua identidade e oferecer ambiente de respeito que o dignifique.
- C) No caso de a entidade que visa oferecer programas socioeducativos ser de acolhimento à criança e ao adolescente que teve seu direito violado ou de acompanhamento de adolescente em conflito com a lei, basta que ambas se registrem junto à Prefeitura da cidade em que se localiza para obter condições de funcionamento.
- D) O dirigente de serviço que desenvolve programa de acolhimento institucional de criança/adolescente recebe a guarda legal desta(e), que é acolhida(o) em sua instituição.
- E) Cabe ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) verificar regularmente, no prazo máximo de 02 anos, a qualidade do funcionamento dos programas socioeducativos.

